

CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **23**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2014*

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida no decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, em que a região integra 100 municípios.

23

Boletim trimestral

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2014*

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Setembro de 2014

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>





No segundo trimestre de 2014, a economia nacional evidenciou sinais positivos, com o Produto Interno Bruto a aumentar 0,9% face ao trimestre homólogo, resultado de um crescimento da procura interna e externa. Apesar disto, as exportações e as importações de bens e serviços abrandaram. O mercado de trabalho continuou a evoluir positivamente. O número de desempregados diminuiu face aos trimestres anteriores, sendo de 728,9 indivíduos, e a taxa de desemprego nacional fixou-se em 13,9%. Neste contexto, as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários aumentaram de forma significativa.

Também na Região Centro o desemprego diminuiu (para 10,4%). Simultaneamente, os níveis de emprego e de atividade melhoraram face ao trimestre anterior mas recuaram face ao período homólogo. No entanto, o Centro voltou a destacar-se por registar a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego entre as várias regiões do país.

Ao nível das empresas, a situação financeira continuou a deteriorar-se, com um aumento do grau de incumprimento e uma diminuição dos empréstimos bancários obtidos. A dinâmica empresarial mostrou algumas melhorias, face ao trimestre homólogo, com um aumento das novas empresas criadas e uma diminuição das ações de insolvência. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das transações de bens, apesar de menos intenso do que nos trimestres anteriores.

No âmbito do QREN, no final do primeiro semestre de 2014, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão para projetos que preveem um investimento total de 10,7 mil milhões de euros. A região mantinha-se, assim, como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, estavam aprovadas 5.140 operações e uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete um período de gestão de overbooking. Nesta data, 74,9% do montante da dotação do programa encontrava-se já executado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 0,9% no segundo trimestre de 2014, o que se deveu ao crescimento da procura interna e externa. O ritmo de crescimento das exportações e das importações de bens e serviços abrandou. O mercado de trabalho evidenciou sinais de retoma com a taxa de desemprego nacional a diminuir para 13,9%. Simultaneamente, as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários melhoraram significativamente.

0,9%
foi o acréscimo
homólogo do PIB e

2,4%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
PIB ¹	v. h. (%)	0,9	1,0	1,6	-1,0	-2,1	-1,4	-3,3
Procura interna	v. h. (%)	1,8	3,3	0,5	-1,2	-2,6	-2,4	-6,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,7	2,1	1,4	-0,9	-2,0	-1,4	-5,2
Taxa de investimento	%	16,4	16,7	15,8	16,1	15,9	15,6	16,5
Exportações	v. h. (%)	2,4	3,1	8,8	7,4	7,1	6,4	3,1
Importações	v. h. (%)	4,8	9,3	6,0	6,8	5,6	3,6	-6,6
VAB	v. h. (%)	1,0	0,8	0,8	-0,9	-1,0	-1,0	-2,6
Taxa de desemprego	%	13,9	15,1	15,3	15,5	16,4	16,2	15,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,3	-0,1	-0,1	0,3	0,6	0,3	2,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	-27,6	-30,8	-40,4	-45,3	-53,9	-48,7	-54,3
Indicador de clima económico	%	0,1	-0,6	-1,2	-2,0	-3,0	-2,5	-3,7
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,371	1,370	1,361	1,325	1,307	1,328	1,286
	v. h. (%)	4,9	3,7	4,9	5,8	1,9	3,3	-7,6

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

O Instituto Nacional de Estatística (INE) iniciou, neste trimestre, a divulgação das Contas Nacionais Trimestrais apuradas de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), incorporando, em simultâneo, nova informação estrutural e ajustamentos de efeitos de sazonalidade e de calendário. Com a implementação desta nova base (base 2011), o ano de referência para o encadeamento dos dados em volume passa a ser 2011 em vez de 2006 (base 2006). Todas as séries foram, por isso, revistas.

De acordo com os novos dados, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 0,9% em termos homólogos² no segundo trimestre de 2014 (Quadro 1), o que se deveu ao aumento tanto da procura interna como da procura externa. Apesar das exportações terem voltado a registar um acréscimo homólogo, observou-se uma nova desaceleração, o que a par do aumento das importações se traduziu num contributo líquido negativo para a variação homóloga do PIB.

A procura interna desacelerou, neste trimestre, tendo crescido 1,8% face a igual período do ano anterior. Apesar do aumento das despesas de consumo final e do investimento, esta evolução da procura interna traduz sobretudo o comportamento do investimento, que

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

registou, neste trimestre, um abrandamento significativo. As despesas de consumo final das famílias também cresceram 1,7%.

Relativamente à procura externa, as exportações de bens e serviços continuaram a abrandar, tendo crescido 2,4% no segundo trimestre do ano. Esta situação deveu-se, em grande parte, à desaceleração registada nas exportações de serviços (1,9% no segundo trimestre e 5,1% no anterior). Neste trimestre, a componente de bens cresceu de forma mais intensa do que a de serviços, o que não acontecia desde o terceiro trimestre de 2012. Também as importações de bens e serviços registaram o menor crescimento homólogo do último ano (4,8%), traduzindo o efeito misto de uma desaceleração de 9,6% para 4,2% na componente de bens e uma aceleração de 7,5% para 8,5% nos serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva de 1,0%, a mais elevada desde o final de 2010. O ramo da “construção” voltou a ser o que verificou maior decréscimo homólogo do VAB (-4,2%) e, contrariamente, o VAB do ramo “agricultura, silvicultura e pesca” foi o que evidenciou o maior crescimento (7,6%).

O mercado de trabalho nacional voltou a evidenciar sinais de recuperação, com a taxa de desemprego a descer para 13,9%, no segundo trimestre de 2014, ou seja, menos 1,2 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 2,5 p.p. do que no homólogo. Estimavam-se 728,9 mil indivíduos desempregados no país, resultado de uma diminuição trimestral e homóloga expressiva (menos 59,2 mil indivíduos e 137,4 mil, respetivamente).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um novo decréscimo homólogo, neste trimestre (-0,3%), sendo assim o maior decréscimo desde o final de 2009. As classes que contribuíram para esta diminuição dos preços foram “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”; “vestuário e calçado”; “lazer, recreação e cultura”; “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” e “bens e serviços diversos”. As restantes sete classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com maiores crescimentos a das “bebidas alcoólicas e tabaco” e “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis”.

Simultaneamente, as expectativas dos consumidores foram menos negativas e a confiança dos empresários tornou-se mesmo positiva, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³ e pelo indicador de clima económico⁴, ambos do INE, regressando a níveis de 2007.

Por último, à semelhança do que tem acontecido desde o início de 2013, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) voltou a crescer em termos homólogos, correspondendo a uma nova valorização do euro e a um conseqüente encarecimento das exportações nacionais nos mercados extracomunitários (dado que igual quantidade de bens exportados tem agora um preço mais elevado).

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

A taxa de desemprego diminuiu no segundo trimestre de 2014, fixando-se em 10,4% na Região Centro. Ao nível do emprego e da atividade, verificou-se uma melhoria face ao trimestre anterior mas uma diminuição relativamente ao período homólogo. O Centro voltou a destacar-se por registar a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego entre as várias regiões do país.

De acordo com os dados do inquérito ao emprego⁶, no segundo trimestre de 2014, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ era de 59,6% na Região Centro, valor superior ao registado em termos médios nacionais (59%). Estes valores refletem um aumento trimestral da taxa de atividade, após ter atingido o valor mínimo dos últimos anos no primeiro trimestre. A taxa de atividade regional dos homens aumentou face aos trimestres anterior e homólogo enquanto a das mulheres diminuiu, situando-se agora nos 67% e 53%, respetivamente.

Na Região Centro, a população ativa⁸ era de 1.175 mil indivíduos neste trimestre, ou seja, mais 16,4 mil ativos do que no trimestre anterior mas menos 27,8 mil do que no período homólogo (-2,3%). Já a população inativa⁹, foi estimada em 1.096,9 mil indivíduos, tendo aumentado 0,9% em termos homólogos, devido ao acréscimo de 11% de domésticos e de 1,2% de reformados.

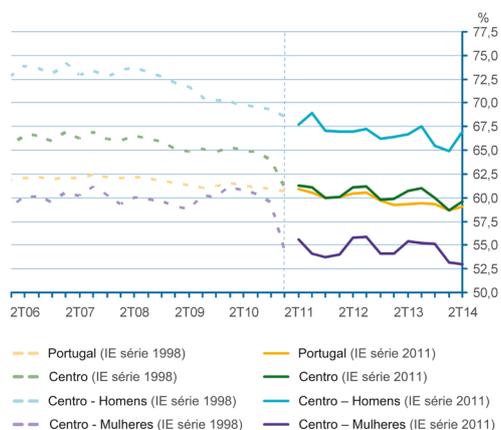
10,4%

foi a taxa de
desemprego regional

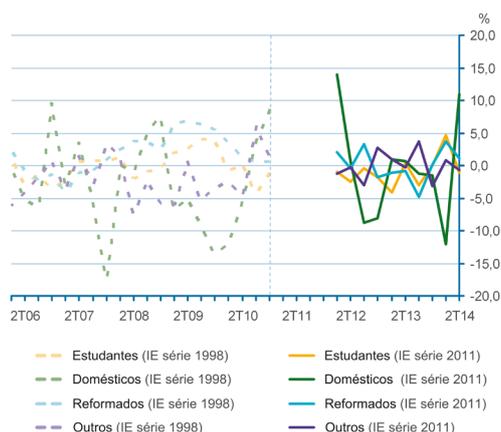
1.053

mil empregados na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia,

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,0	58,7	59,3	59,4	59,3	59,3	60,2	
Centro	%	59,6	58,7	60,0	61,0	60,7	60,4	60,5	
	v. h. (p.p.)	-1,1	-1,2	0,2	-0,2	-0,4	-0,9	-0,3	
População ativa – Centro	milhares	1.175,0	1.158,6	1.186,0	1.207,4	1.202,8	1.196,1	1.206,1	
	v. h. (%)	-2,3	-2,5	-0,3	-0,9	-1,2	-0,8	-1,1	
População inativa – Centro	milhares	1.096,9	1.117,1	1.095,9	1.079,0	1.087,4	1.092,0	1.099,6	
	v. h. (%)	0,9	1,0	-1,4	-0,6	-0,2	-0,7	-0,3	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	180,2	185,7	177,7	162,8	182,1	175,0	177,9	
	v. h. (%)	-1,0	4,7	0,1	-3,0	0,4	-1,6	-1,4	
Domésticos	milhares	107,8	99,6	98,9	91,5	97,1	100,2	100,4	
	v. h. (%)	11,0	-12,1	-1,5	-1,2	0,6	-0,2	-0,8	
Reformados	milhares	350,3	367,3	362,0	348,3	346,3	352,7	358,6	
	v. h. (%)	1,2	3,7	0,2	-4,8	-0,8	-1,6	0,8	
Outros	milhares	458,5	464,5	457,2	476,5	461,9	464,1	462,7	
	v. h. (%)	-0,7	0,8	-3,1	3,7	-0,2	0,3	-0,5	

No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para a série de 1998 e de 2011 da taxa de atividade, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

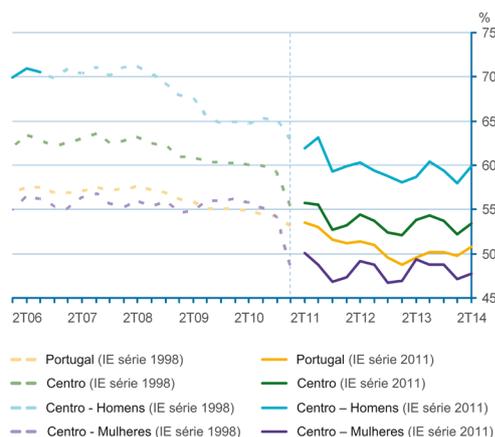
A taxa de emprego¹¹ da Região Centro foi de 53,4% no segundo trimestre de 2014, resultado de uma diminuição homóloga de 0,4 p.p.. Apesar disso, a taxa de emprego regional aumentou face ao trimestre anterior e manteve-se como a mais elevada entre as várias regiões do país.

A população empregada na região era de 1.053,2 mil pessoas neste trimestre, refletindo uma diminuição homóloga de 1,2% (menos 12,4 mil empregados). Para esta evolução homóloga foi determinante a diminuição das mulheres empregadas (-3,7%), dos empregados entre os 15 e os 24 anos (-4,3%) e dos 45 ou mais anos (-4,9%) e dos empregados das atividades do setor “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (-16,0%).

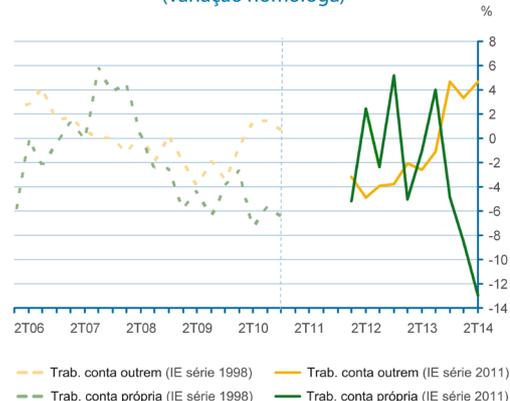
O decréscimo homólogo da população empregada ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta própria, que diminuíram 12,9%, já que os trabalhadores por conta de outrem aumentaram 4,7%.

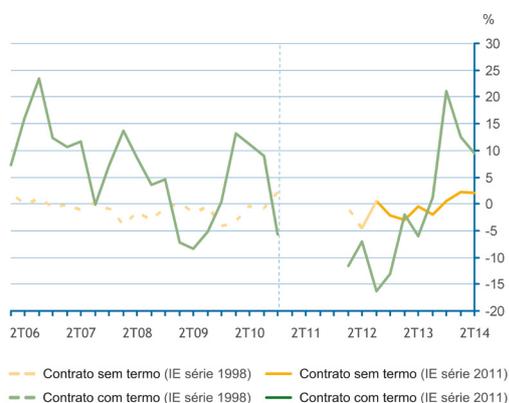
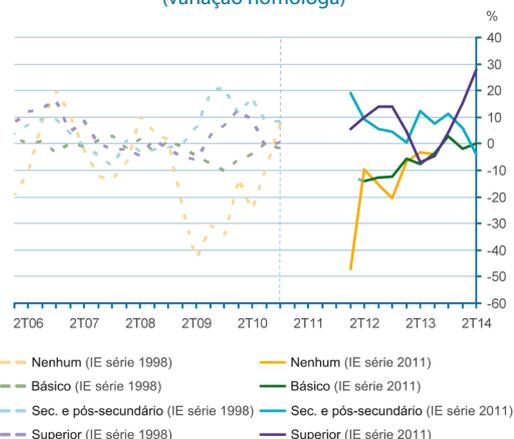
O aumento nos trabalhadores por conta de outrem deveu-se, em grande medida, ao importante aumento dos contratos com termo (9,5%), ao trabalho a tempo completo (5,3%) e aos trabalhadores com o ensino superior (28,0%).

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)

Quadro 3 – Emprego		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	50,8	49,8	50,2	50,2	49,6	49,7	50,8	
Centro	%	53,4	52,2	53,7	54,3	53,8	53,5	53,4	
	v. h. (p.p.)	-0,4	0,1	1,3	0,6	-0,6	0,1	-1,4	
População empregada – Centro		milhares	1.053,2	1.031,0	1.061,4	1.074,9	1.065,6	1.059,2	1.064,8
	v. h. (%)	-1,2	-0,4	1,8	0,5	-1,8	-0,5	-3,0	
Homens	v. h. (%)	1,2	-0,9	0,0	1,0	-3,4	-1,5	-4,2	
Mulheres	v. h. (%)	-3,7	0,3	3,8	-0,1	0,0	0,6	-1,6	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-4,3	-4,4	7,7	7,4	-1,3	2,5	-15,0	
25 - 44 anos	v. h. (%)	3,6	2,1	3,1	-0,9	-5,0	-1,7	-4,8	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-4,9	-2,2	0,1	1,0	1,1	0,3	0,1	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-16,0	-15,6	-7,9	-1,0	-1,6	-4,5	-0,8	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	7,9	4,2	0,7	-5,1	-9,3	-6,2	-13,7	
Serviços	v. h. (%)	-0,4	2,0	5,2	3,6	1,7	3,3	2,2	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	776,0	756,9	762,7	752,5	741,5	747,3	749,8
	v. h. (%)	4,7	3,3	4,7	-1,1	-2,6	-0,3	-3,9	
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,1	2,2	0,6	-2,1	-0,5	-1,2	-1,8	
Contratos com termo	v. h. (%)	9,5	12,5	21,1	1,2	-6,1	3,0	-12,1	
Tempo completo	v. h. (%)	5,3	3,4	4,1	-1,7	-2,0	-0,2	-5,6	
Tempo parcial	v. h. (%)	-2,4	1,7	10,7	6,9	-9,1	-1,9	18,6	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	3,3	§	§	-3,8	-3,2	-11,9	-27,3	
Básico	v. h. (%)	0,2	-2,0	2,7	-3,6	-7,5	-3,6	-12,7	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	-3,8	5,7	11,4	7,5	12,3	7,8	9,3	
Superior	v. h. (%)	28,0	15,4	4,1	-4,7	-7,1	-0,9	10,9	
Trabalhadores por conta própria		milhares	272,1	268,3	291,7	314,5	312,5	302,9	308,4
	v. h. (%)	-12,9	-8,5	-4,9	4,0	-1,0	-1,8	-0,1	
Isolados	v. h. (%)	-13,1	-10,1	-5,0	1,3	0,0	-1,9	-1,4	
Empregadores	v. h. (%)	-12,4	-2,6	-4,7	16,1	-5,0	-1,4	4,9	

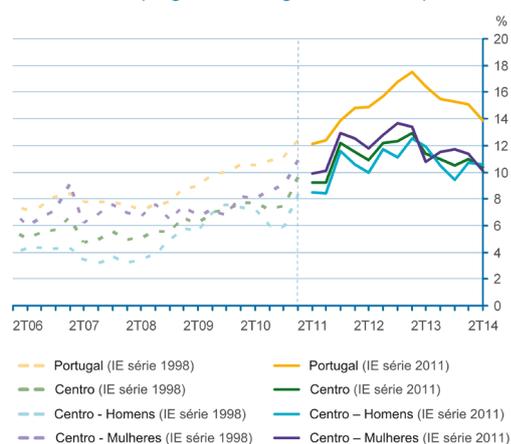
§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

A taxa de desemprego¹³ fixou-se em 13,9% a nível nacional e em 10,4% para a Região Centro, neste trimestre, o que traduz uma diminuição homóloga de 2,5 p.p. e 1,0 p.p., respetivamente e os menores valores desde o final de 2011. O Centro continuou como a região com a menor taxa de desemprego do país. A taxa de desemprego das mulheres foi inferior à dos homens, neste trimestre (10,1% contra 10,6%) e o escalão etário dos 15 aos 24 anos foi o mais atingido já que a taxa de desemprego jovem registou 28,8%.

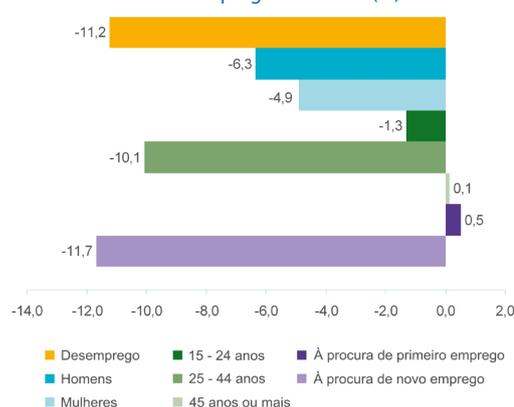
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste trimestre, a população desempregada na região diminuiu 11,2%, estimando-se em 121,8 mil indivíduos. A maioria das categorias de desempregados analisadas registaram reduções homólogas, excetuando-se os desempregados com 45 ou mais anos, os desempregados à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração, que procuram emprego há 12 meses ou mais. De destacar as diminuições bastante significativas nos desempregados entre os 25 e os 44 anos (-18,3%) e nos que procuravam um emprego há menos de 12 meses (-30,5%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	13,9	15,1	15,3	15,5	16,4	16,2	15,5
	%	10,4	11,0	10,5	11,0	11,4	11,4	11,7
Centro	v. h. (p.p.)	-1,0	-1,9	-1,8	-1,2	0,5	-0,3	1,7
Homens	%	10,6	10,7	9,4	10,5	11,9	11,1	10,8
Mulheres	%	10,1	11,4	11,7	11,5	10,8	11,8	12,7
15 - 24 anos	%	28,8	29,4	29,3	32,9	29,6	31,6	36,6
25 - 44 anos	%	11,4	12,4	11,4	12,4	14,1	13,2	13,1
45 anos ou mais	%	7,0	7,3	7,1	6,5	6,7	7,1	6,8
População desempregada – Centro	milhares	121,8	127,6	124,6	132,4	137,2	145,5	151,4
	v. h. (%)	-11,2	-16,8	-15,1	-10,9	3,8	-3,9	15,5
Homens	v. h. (%)	-11,7	-17,1	-16,6	-10,0	18,2	0,8	15,0
Mulheres	v. h. (%)	-10,6	-16,6	-13,8	-11,8	-9,3	-8,6	16,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	-8,1	-23,3	-25,1	-20,3	-20,1	-17,8	36,9
25 - 44 anos	v. h. (%)	-18,3	-17,2	-20,5	-9,5	16,2	-1,4	13,6
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,5	-12,3	3,3	-5,3	0,5	5,1	5,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	5,1	4,1	-32,8	-2,7	-16,4	-11,9	54,2
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-13,0	-19,4	-12,5	-12,3	6,7	-1,8	11,2
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-30,5	-19,0	-29,5	-23,0	-7,3	-16,5	13,4
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	4,2	-15,0	-1,8	0,9	14,3	10,2	17,6

¹⁴O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No segundo trimestre de 2014, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro aumentou (1% em termos homólogos reais), situando-se nos 759 euros, valor, no entanto, muito abaixo dos 812 euros da média nacional.

Já o índice de custo do trabalho¹⁴ registou um decréscimo homólogo real. Esta diminuição real do custo médio horário do trabalho suportado pelo empregador foi contudo mais acentuada na Região Centro (-2,2%) do que em Portugal (-1,2%).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	812	802	809	809	804	808	813
	v. h. real (%)	1,3	-0,6	-2,0	-0,2	-1,2	-0,9	-2,5
Centro	€	759	745	746	765	754	754	761
	v. h. real (%)	1,0	-0,5	-3,6	0,2	-1,4	-1,2	-1,7
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	-1,2	3,6	-4,2	-2,4	4,2	-1,3	-8,0
	v. h. real (%)	-2,2	2,7	-5,1	-2,0	4,3	-1,3	-8,5

* Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)).

DESEMPREGO REGISTRADO

No segundo trimestre de 2014, estavam inscritos 113,3 mil desempregados nos centros de emprego do IEFP da Região Centro, ou seja, menos 13,6% do que no período homólogo. Para esta evolução, terá contribuído o significativo crescimento homólogo das colocações do IEFP.

113,3

mil desempregados inscritos nos centros de emprego da região

No segundo trimestre de 2014, estavam inscritos 113,3 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, o valor mais reduzido desde o final de 2011 e que reflete um decréscimo trimestral de 10,2% e homólogo de 13,6%. Esta variação homóloga voltou a consolidar a tendência de decréscimo observada desde final de 2013, sendo a terceira diminuição após um período de oito trimestres consecutivos de aumento.

99

colocações diárias realizadas, em média, pelo IEFP

Também os novos desempregados diminuíram em termos homólogos (-10,6%), existindo, em média, 331 novos desempregados por dia nos centros de emprego da região. Simultaneamente, registou-se um crescimento homólogo significativo das colocações efetuadas pelo IEFP (25,6%), que correspondeu a cerca de 99 colocações médias por dia, ou seja, mais 20 colocações diárias do que em igual período do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	113,3	126,1	124,7	128,0	131,2	129,9	122,4
	v. h. (%)	-13,6	-7,2	-3,8	3,8	10,7	6,1	22,4
Novos desempregados**	milhares	29,8	36,5	41,0	42,3	33,3	39,0	39,6
	v. h. (%)	-10,6	-7,5	0,8	0,0	-3,3	-1,4	6,7
Colocações do IEFP**	milhares	8,9	8,9	7,3	9,0	7,1	7,4	5,3
	v. h. (%)	25,6	41,3	62,2	30,4	30,6	39,8	-6,5

* valores médios trimestrais

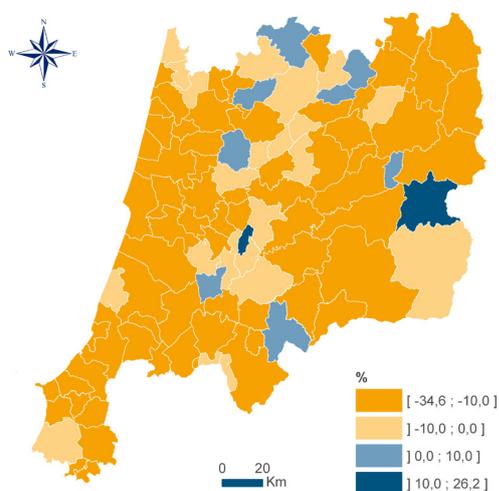
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Neste trimestre, voltou a verificar-se um aumento do número de municípios da Região Centro em que ocorreu uma diminuição homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego, passando de 76 para 90 dos 100 municípios da região. Fornos de Algodres e Pinhel foram os municípios com as maiores reduções homólogas (acima dos 30%). Dos dez municípios que apresentaram mais desempregados do que no período homólogo, destacam-se Penamacor e Castanheira de Pêra, por registarem os maiores aumentos homólogos (acima de 20%). Adicionalmente, observou-se uma inversão de tendência em 16 municípios, sendo que na sua maioria (15) passaram de um crescimento para um decréscimo homólogo já que apenas Mação verificou a situação oposta.

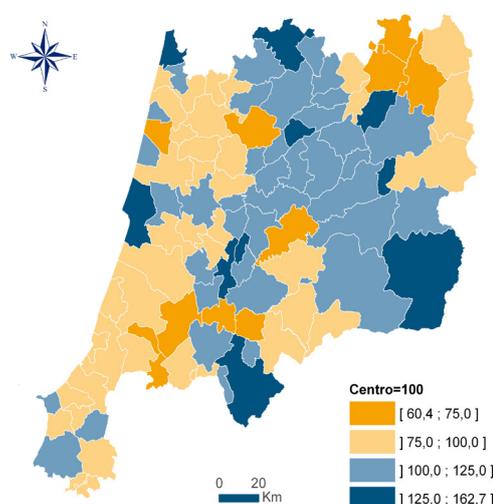
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Considerando a importância dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 52 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional e consequentemente índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os menores valores deste indicador voltaram a ocorrer nos municípios de Meda e Pinhel. No extremo oposto, com índices bastante superiores à média regional (acima de 150%), destacavam-se Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

Variação homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2014



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2014



EMPRESAS

15,8

mil milhões de empréstimos concedidos a sociedades não financeiras

12,2%

é o peso do crédito vencido das empresas da região

A situação financeira das empresas manteve-se pouco favorável. Voltou a evidenciar-se um aumento do nível de incumprimento e uma diminuição dos empréstimos obtidos pelo setor não financeiro. A par de um aumento homólogo do número de novas empresas constituídas, as ações de insolvência voltaram a diminuir.

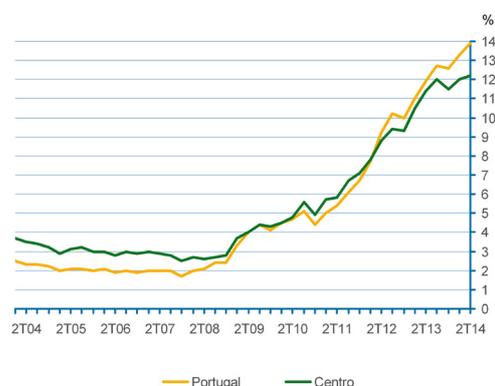
Na Região Centro, foram constituídas, neste trimestre, mais empresas que em igual período do ano anterior (1,5%), tendo este acréscimo sido, no entanto, inferior à média nacional (6,4%). Em termos médios, foram criadas 93 novas empresas por dia no país, das quais 16 tinham sede na Região Centro.

As ações de insolvência¹⁶ voltaram a diminuir em termos homólogos (16,4% na região e 11,0% para o total nacional), acentuando o decréscimo que se registou no trimestre anterior. Em média, neste trimestre, ocorreram 25 ações de insolvência por dia em Portugal, 5 das quais na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pelo setor financeiro voltaram a diminuir em termos homólogos reais, tal como tem ocorrido nos últimos anos, e registaram os valores mais baixos desde 2007. A redução ocorrida na Região Centro (-4,9%) foi, ainda assim, inferior à observada a nível nacional (-8,1%).

O grau de incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, continuou a aumentar, tanto a nível nacional como regional, assumindo máximos históricos. Este rácio fixou-se em 12,2% na Região Centro e 13,9% em Portugal, o que corresponde a um aumento, face ao segundo trimestre de 2013, de 0,8

¹⁶ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	8.352	10.334	7.805	7.156	7.848	8.648	7.560
	v. h. (%)	6,4	-12,3	4,6	15,7	9,4	14,4	-11,8
Centro	número	1.423	1.816	1.286	1.259	1.402	1.522	1.345
	v. h. (%)	1,5	-15,2	0,4	13,3	8,9	13,2	-11,6
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	96.224	99.216	99.835	101.434	105.112	103.221	110.276
	v. h. real (%)	-8,1	-6,7	-6,2	-8,0	-6,4	-6,7	-8,6
Centro	milhões €	15.817	15.847	15.826	16.000	16.461	16.196	17.129
	v. h. real (%)	-4,9	-3,7	-7,4	-7,6	-5,4	-5,7	-9,1
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	13,9	13,3	12,6	12,7	11,9	12,1	9,3
Centro	%	12,2	12,0	11,5	12,0	11,4	11,4	8,8
Ações de insolvência								
Portugal	número	2.206	2.292	2.203	1.920	2.480	2.243	2.125
	v. h. (%)	-11,0	-3,3	0,4	4,6	13,8	5,5	30,7
Centro	número	459	445	451	368	549	466	449
	v. h. (%)	-16,4	-9,9	-4,9	-10,2	21,7	3,6	34,0

n.d. - não disponível

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

As relações comerciais da Região Centro com o exterior foram positivas no segundo trimestre de 2014, apesar de se ter registado um abrandamento face aos trimestres anteriores. As entradas e as saídas de bens aumentaram em termos homólogos reais, tendo o crescimento das entradas superado o das saídas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um aumento homólogo real¹⁷ de 3,5%, valor bastante superior à média nacional (0,8%) mas que, ainda assim, evidencia um abrandamento face ao crescimento dos trimestres anteriores. Esta evolução positiva deveu-se integralmente aos mercados intracomunitários já que o comércio com os países extracomunitários diminuiu 1,3%.

Considerando as saídas por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificaram-se acréscimos homólogos reais significativos nos grupos “animais vivos e produtos do reino animal” (25,2%) e “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (17,6%). Apenas dois grupos de produtos registaram um decréscimo homólogo das saídas da Região Centro (“material de transporte” e “metais comuns e suas obras”).

3,5%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
de bens da região e

3,8%

o das entradas de bens

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁸ As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
		média trimestral							
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	12.216,6	11.706,7	11.943,8	11.623,7	12.248,3	11.816,6	11.303,3	
	v. h. real (%)	0,8	3,0	8,0	7,5	6,9	5,4	3,8	
Intracomunitárias	milhões €	8.762,6	8.489,8	8.354,1	8.094,2	8.597,0	8.306,9	8.027,1	
	v. h. real (%)	3,0	4,5	8,0	7,8	4,3	4,4	-1,0	
Extracomunitárias	milhões €	3.454,0	3.217,0	3.589,7	3.529,5	3.651,3	3.509,7	3.276,2	
	v. h. real (%)	-4,4	-0,8	7,9	6,8	13,6	8,0	17,6	
Centro	milhões €	2.410,7	2.337,6	2.300,2	2.188,3	2.354,9	2.262,8	2.156,9	
	v. h. real (%)	3,5	6,7	6,1	9,7	8,3	5,8	3,1	
Intracomunitárias	milhões €	1.851,9	1.799,0	1.683,7	1.622,1	1.782,6	1.695,9	1.632,8	
	v. h. real (%)	5,0	6,9	5,3	8,1	7,2	4,7	1,7	
Extracomunitárias	milhões €	558,8	538,6	616,5	566,2	572,3	566,9	524,1	
	v. h. real (%)	-1,3	5,9	8,4	14,7	12,1	9,1	7,7	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	14.504,8	14.271,8	14.778,2	14.331,2	14.320,9	14.226,5	14.093,5	
	v. h. real (%)	4,3	9,3	8,6	6,3	4,6	3,4	-6,2	
Intracomunitárias	milhões €	10.813,2	10.794,8	11.178,9	10.098,6	10.213,1	10.238,5	10.072,1	
	v. h. real (%)	9,0	17,8	11,5	8,8	3,9	4,1	-8,9	
Extracomunitárias	milhões €	3.691,5	3.477,0	3.599,4	4.232,6	4.107,8	3.988,0	4.021,4	
	v. h. real (%)	-7,5	-10,5	0,5	0,7	6,3	1,6	1,5	
Centro	milhões €	1.860,1	1.899,2	1.925,6	1.733,1	1.844,8	1.803,7	1.702,1	
	v. h. real (%)	3,8	14,6	15,5	11,4	8,9	8,5	-6,6	
Intracomunitárias	milhões €	1.581,0	1.601,5	1.678,1	1.500,1	1.578,4	1.548,4	1.446,5	
	v. h. real (%)	3,2	15,0	16,5	13,7	11,4	9,6	-6,5	
Extracomunitárias	milhões €	279,1	297,7	247,5	233,0	266,4	255,2	255,6	
	v. h. real (%)	7,9	12,1	9,1	-1,1	-4,1	2,3	-7,4	

* Os valores de 2012 são definitivos, os de 2013 são provisórios e os de 2014 são preliminares, sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com nova informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

Também as entradas de bens na Região Centro cresceram a um ritmo mais reduzido do que nos trimestres anteriores (3,8% em termos homólogos reais) e ligeiramente abaixo da média nacional (4,3%). Para esta evolução regional contribuíram ambos os mercados, tendo o aumento das entradas com origem nos países extracomunitários sido mais significativo (7,9%).

Em termos de grupos de produtos, apenas duas registaram variações reais homólogas superiores a 10%: “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” e “matérias têxteis e suas obras” (13,9% e 10,4%, respetivamente). Contrariamente, quatro grupos de produtos registaram variações reais homólogas negativas das entradas na região, destacando-se com os maiores decréscimos o das “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes (-10,0%) e o dos “produtos do reino vegetal” (-9,1%).

Relativamente ao saldo real da balança comercial verificou-se uma melhoria face a igual período do ano anterior.

TURISMO

O setor do turismo evidenciou um grande dinamismo no segundo trimestre de 2014, registando um aumento homólogo nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Estes resultados foram os melhores na região desde o início de 2008.

A atividade turística melhorou no segundo trimestre de 2014, tanto na Região como ao nível nacional, observando-se um crescimento positivo dos hóspedes e das dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Os hóspedes aumentaram 14,1% no país e 12,7% na região e as dormidas cresceram 14,3% e 11,7%, respetivamente. Ainda assim, a estada média foi de 2,8 no país e 1,7 na região, mantendo-se inalterada face a igual período do ano anterior mas melhorando face aos dois trimestres anteriores.

No caso da evolução real dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, a situação foi semelhante, tendo-se verificado um aumento de 15,6% nos nacionais e de 11,1% nos regionais. Para esta evolução terá sido importante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (15,9% no país e 14,4% no Centro) que representavam, neste trimestre, cerca de 67% dos proveitos totais na região.

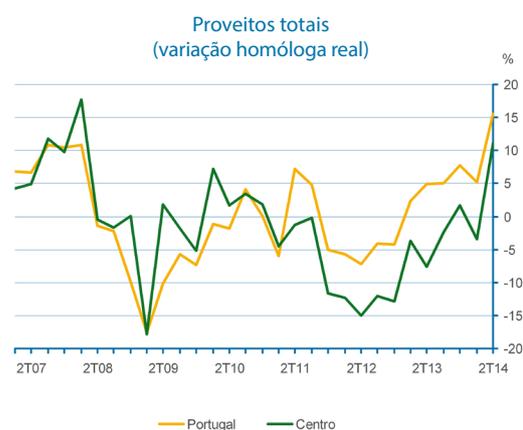
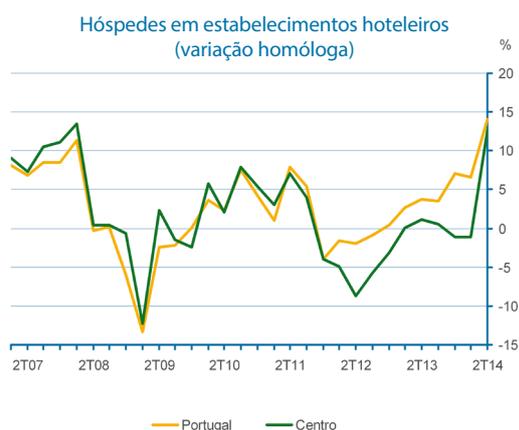
No caso da Região Centro, estes resultados no setor do turismo foram os melhores desde o primeiro trimestre de 2008.

1,1

milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros na região e

45

milhões de euros de proveitos totais



Quadro 9 – Turismo*		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	4.596	2.524	2.947	5.079	4.028	3.606	3.461	
	v. h. (%)	14,1	6,6	7,1	3,5	3,7	4,2	-1,1	
Centro	milhares	633	363	437	727	562	523	522	
	v. h. (%)	12,7	-1,1	-1,1	0,5	1,1	0,3	-5,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	13.009	6.468	7.648	16.494	11.378	10.434	9.920	
	v. h. (%)	14,3	4,0	6,4	4,8	5,1	5,2	0,6	
Centro	milhares	1.082	583	737	1.449	969	940	942	
	v. h. (%)	11,7	-3,9	-0,3	1,5	-2,3	-0,2	-6,8	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,6	3,2	2,8	2,9	2,9	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,7	2,0	1,7	1,8	1,8	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	607.927	286.705	361.730	794.428	527.858	489.243	464.113	
	v. h. real (%)	15,6	5,2	7,7	5,0	4,9	5,1	-5,2	
Centro	milhares €	44.773	25.213	33.952	62.065	40.433	40.644	41.825	
	v. h. real (%)	11,1	-3,4	1,6	-2,3	-7,6	-3,1	-13,1	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2013 são provisórios, exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

2,2%

foi o aumento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região

10,7%

foi a variação real homóloga do crédito à habitação vencido

O setor da construção manteve-se em retração no segundo trimestre de 2014, apesar da evolução positiva dos novos fogos para habitação familiar licenciados. Observou-se uma diminuição homóloga do licenciamento de edifícios, uma quebra das obras concluídas e dos empréstimos concedidos à habitação e um aumento do crédito à habitação vencido.

O número de edifícios licenciados na Região Centro e no país voltou a registar um recuo face ao período homólogo, no segundo trimestre de 2014. As licenças de edifícios diminuíram 9,5%, sendo que o decréscimo das destinadas a construções novas foi de 9,2%. No entanto, e pela primeira vez nos últimos quatro anos, verificou-se uma evolução positiva do licenciamento de novos fogos para habitação familiar na Região Centro (sendo que em termos médios nacionais continuou a registar-se uma variação homóloga negativa).

As obras concluídas voltaram a diminuir, atingindo novos mínimos históricos. Os edifícios concluídos na região decresceram 32,7%, valor ligeiramente inferior à diminuição observada para a média nacional (-35,4%). A quebra regional nas construções novas concluídas foi de 36,8% e os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram 51,6% face a igual período do ano anterior.

Os empréstimos concedidos para habitação voltaram a diminuir, neste trimestre (3,1% em termos homólogos reais quer na região como no país). Estas reduções homólogas são, no entanto, as menos acentuadas desde o terceiro trimestre de 2011. Por sua vez, o crédito à habitação vencido cresceu de forma significativa (10,7% na região e 13,7% no país, em termos homólogos reais). O peso que o crédito concedido à habitação assume no crédito vencido atingiu novos máximos históricos, sendo já de 2,4% na região e 2,7% no país.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	número	3.996	3.991	3.961	4.008	4.175	4.078	5.195
	v. h. (%)	-4,3	-4,2	-15,8	-22,3	-20,4	-21,5	-17,0
Centro	número	1.336	1.393	1.384	1.428	1.477	1.440	1.664
	v. h. (%)	-9,5	-5,2	-13,2	-11,7	-9,7	-13,5	-15,3
Construções novas	número	761	765	757	830	838	806	922
	v. h. (%)	-9,2	-4,1	-10,3	-7,8	-4,7	-12,6	-26,5
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	2,2	-13,9	-30,6	-19,4	-30,9	-29,9	-34,1
Edifícios concluídos*								
Portugal	número	3.710	4.194	4.983	5.872	5.740	5.770	6.483
	v. h. (%)	-35,4	-35,3	-29,9	-8,7	-8,3	-11,0	-2,0
Centro	número	1.268	1.416	1.691	1.888	1.885	1.888	2.089
	v. h. (%)	-32,7	-32,1	-27,2	-11,0	-3,2	-9,6	3,6
Construções novas	número	801	833	1.116	1.290	1.268	1.285	1.519
	v. h. (%)	-36,8	-43,2	-33,2	-16,4	-10,4	-15,4	1,1
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-51,6	-52,7	-37,8	-42,4	-19,3	-29,8	9,8
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-3,1	-3,4	-3,6	-4,3	-4,3	-3,9	-5,3
Centro	v. h. real (%)	-3,1	-3,5	-3,6	-4,2	-4,3	-3,9	-5,3
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	13,7	9,2	4,8	4,4	0,0	4,9	5,5
Centro	v. h. real (%)	10,7	5,7	1,0	0,5	0,5	2,1	8,3
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	997,0	1.001,3	1.017,0	1.013,7	998,0	1.006,1	1.039,5
	v. h. real (%)	0,2	0,7	-0,4	-2,0	-5,4	-3,5	-9,7
Centro	€/m ²	829,7	836,3	846,3	845,7	837,7	840,3	880,0
	v. h. real (%)	-0,6	0,7	-1,7	-3,0	-6,1	-4,8	-9,6

* Os valores de 2013 são dados provisórios estimados. A informação de 2012 corresponde a dados revistos.

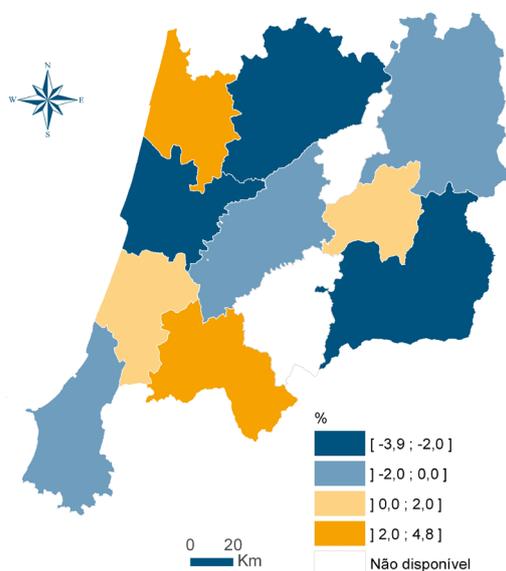
** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

A avaliação bancária da habitação aumentou para o total nacional, embora de forma muito ligeira, e diminuiu na região (0,2% e -0,6%, respetivamente). Neste trimestre, em termos médios, cada m2 destinado a habitação foi avaliado pelas entidades bancárias em 830 euros na Região Centro e em 997 euros no país, voltando assim a estar aquém dos mil euros por m2.

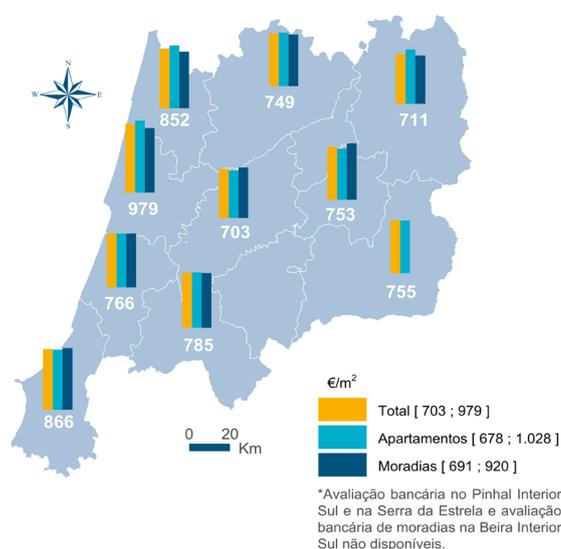
A nível sub-regional, o valor médio da avaliação bancária registou uma variação homóloga real positiva em quatro NUTS III: Médio Tejo, Baixo Vouga, Cova da Beira e Pinhal Litoral. As restantes sub-regiões registaram diminuições tendo, a mais expressiva, ocorrido na Beira Interior Sul (-3,9%).

Considerando as diferentes tipologias de habitação verificou-se que, para a diminuição homóloga real da avaliação bancária na região, contribuíram os apartamentos, que diminuíram 1,3%, uma vez que a avaliação das moradias aumentou 0,5%. O Baixo Mondego manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (979€/m2), resultado das maiores avaliações quer de apartamentos como de moradias (1.028€/m2e 920€/m2, respetivamente).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2014



Avaliação bancária da habitação* no segundo trimestre de 2014



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

A avaliar pelo Índice de Preços no Consumidor, o nível médio de preços voltou a diminuir face ao trimestre homólogo, na região e no país. Relativamente à evolução do consumo privado, observaram-se alguns sinais de melhoria na despesa, apesar dos crescentes níveis de incumprimento e do recuo nos empréstimos contraídos para consumo.

No segundo trimestre de 2014, o Índice de Preços no Consumidor diminuiu 0,3%, face ao período homólogo, na região e no país. Apesar desta diminuição do nível médio de preços, verificaram-se aumentos homólogos na região em seis das 12 classes de despesa, destacando-se com os maiores aumentos as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,5%) e as despesas em “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (1,5%). De entre as seis classes com contribuições negativas para a variação homóloga dos preços regionais destaca-se a dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (-1,8%).

-0,3%

foi a taxa de inflação homóloga na região

13,4%

foi o crédito vencido para consumo e outros fins

Quadro 11 – Preços		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	-0,3	-0,1	-0,1	0,3	0,6	0,3	2,8	
Centro	v. h. (%)	-0,3	-0,1	-0,1	0,3	0,4	0,1	2,9	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	-1,8	-0,1	0,3	2,8	2,2	1,7	3,5	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,5	3,4	4,8	3,9	3,4	4,1	4,2	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-0,3	1,3	-0,1	1,1	-0,9	-0,7	-1,8	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	1,5	1,2	0,7	1,6	2,1	1,9	10,0	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,7	-1,3	-1,2	-0,6	-0,3	-0,5	0,1	
Saúde	v. h. (%)	0,5	1,3	3,4	3,6	1,6	1,5	-1,1	
Transportes	v. h. (%)	-0,4	-2,4	-3,4	-2,3	-3,5	-2,9	2,5	
Comunicações	v. h. (%)	1,1	2,7	1,5	0,8	0,5	0,5	0,3	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,3	-1,1	-0,8	-0,8	0,6	0,0	0,7	
Educação	v. h. (%)	0,8	0,8	0,7	1,3	1,4	1,2	1,8	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,2	0,5	0,9	1,2	0,7	1,0	4,3	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	-0,6	-0,4	-1,0	-0,8	0,3	-0,3	1,6	

Neste trimestre, assistiu-se a uma diminuição dos empréstimos concedidos para consumo e a um aumento do crédito para consumo vencido, que atingiu o valor mais elevado dos últimos anos. Também as entradas intracomunitárias de bens de consumo decresceram. No entanto, registaram-se variações homólogas positivas dos movimentos em caixas automáticos multibanco e em terminais de pagamento automático (levantamentos, pagamentos e compras) bem como das receitas de cinema, evidenciando sinais de retoma das despesas em consumo.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T14	1T14	4T13	3T13	2T13	2013	2012	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	5,5	8,5	15,3	14,7	9,6	11,3	-10,8	
Centro	v. h. real (%)	-2,1	24,3	20,8	11,2	8,6	8,5	-4,1	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	2,5	-5,0	-8,3	-13,7	-13,9	-11,7	-10,0	
Centro	v. h. real (%)	0,6	-7,6	-7,3	-14,2	-9,5	-10,3	-13,1	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	-6,4	-7,5	-8,2	-8,7	-10,3	-11,7	-12,7	
Centro	v. h. real (%)	-6,3	-7,9	-8,8	-9,9	-11,2	-12,5	-13,2	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	13,6	13,6	13,1	12,8	12,6	12,7	11,4	
Centro	%	13,4	12,9	12,3	12,2	11,8	11,9	10,5	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	1,6	-0,9	1,0	0,8	1,2	0,6	-4,4	
Centro	v. h. real (%)	1,4	-1,5	0,8	0,2	-5,2	-1,3	-2,3	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	4,7	2,1	13,3	-3,6	0,8	1,6	-2,7	
Centro	v. h. real (%)	5,5	2,2	13,6	-1,9	0,5	2,3	-1,3	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	6,8	3,9	5,8	0,9	-1,5	0,4	-7,7	
Centro	v. h. real (%)	6,5	3,4	6,0	1,0	-1,9	0,3	-7,8	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2012 são provisórios e os de 2013 e 2014 preliminares, sendo revistos trimestralmente.

** Os dados de 2013 das receitas de cinema são definitivos e os de 2014 são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No final do primeiro semestre de 2014, tinham sido aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento estimado na região próximo de 10,7 milhões de euros. A região continuava a manter-se como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, estavam aprovadas 5.140 operações e uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete um período de gestão de overbooking. Nesta data, 74,9% do montante da dotação do programa encontrava-se já executado.

6,3 mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

74,9%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de junho de 2014

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região phasing-out (Algarve); região phasing-in (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

À data de 30 de junho de 2014, estavam aprovados 6,3 milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão na Região Centro, referentes a um investimento previsto de 10,7 milhões de euros. Os apoios concedidos pelo QREN têm alavancado um investimento na região de quase o dobro do valor dos fundos comunitários aprovados (por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de 1,7 euros).

O Mais Centro e o PO PH têm sido os programas do QREN que concentram o maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro (28,3% e 30,8%, respetivamente do total de fundos QREN aprovados na região). Já em termos do peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, têm-se destacado o PO FC (37,1% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

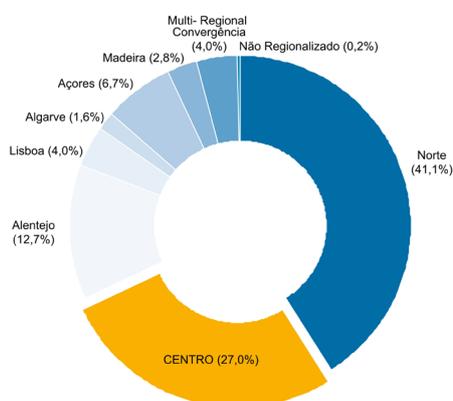
Relativamente apenas ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, até esta data, estavam aprovadas 5.140 operações individuais que se traduziam num investimento total estimado de 2,7 mil milhões de euros e num cofinanciamento com fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. É de realçar o facto de, nesta fase final do período de programação, o compromisso ser mais elevado do que a dotação disponível (1.696,6 milhões de euros), significando uma gestão de *overbooking*.

Quadro 13 – O QREN no Centro (até 31 de março de 2014)		QREN (total)	CENTRO			
			Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10.664	2.721	2.667	3.769	1.508
	% do total nacional	27,5	21,0	29,7	37,7	22,5
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.524	2.313	2.667	3.261	1.283
	% do total nacional	27,4	20,4	29,7	37,2	23,4
Fundo comunitário	milhões €	6.326	1.790	1.951	1.537	1.048
	% do QREN (total) da região	27,2	22,7	29,9	37,1	23,2
	% do total nacional	100,0	28,3	30,8	24,3	16,6

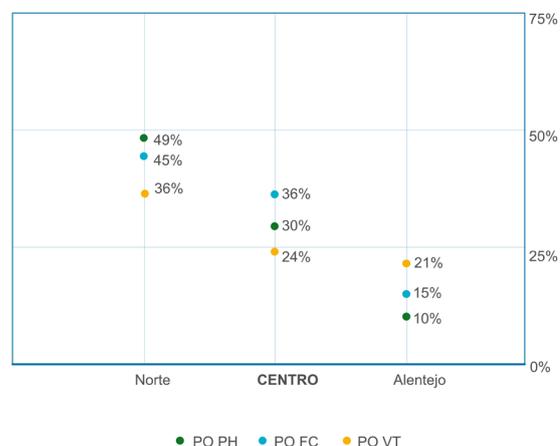
O Centro continua a ser a segunda região a mais beneficiar dos vários instrumentos financeiros do QREN, absorvendo 27% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu no país.

Entre as três regiões de convergência, o Centro continua a manter-se com níveis de absorção de despesa validada mais elevados do que o Alentejo mas inferiores aos do Norte no que respeita aos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (89% no PO PH, 95% no PO FC e 81% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(30 de junho de 2014)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(30 de junho de 2014)



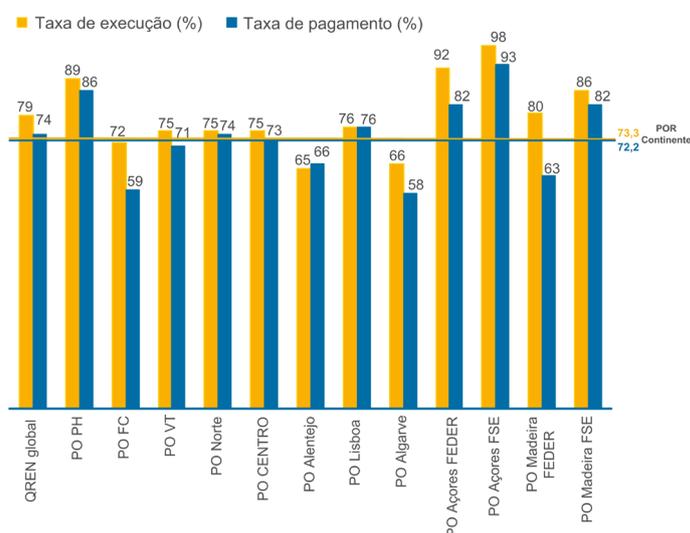
Tal como já foi referido, o volume de aprovações para a Região Centro ultrapassava, nesta data, a dotação do FEDER prevista até ao final do período de programação, estando assim em overbooking. Com esta situação, a taxa de compromisso era superior a 100%, prevendo-se contudo que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados de forma a libertar verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Estando numa fase final de programação do QREN, a execução dos projetos é a prioridade principal, estando validados 1.270,1 milhões de euros de despesa de FEDER, o que correspondia a taxa de execução de 74,9%. A taxa de execução do Mais Centro mantinha-se acima da média dos PO regionais do Continente (média de 73,3%) e aquém da taxa de execução global do QREN (79,2%), situação que ocorre desde o final de 2009.

Os pagamentos aos beneficiários representavam 72,9% do total de FEDER aprovado e continuavam superiores à despesa já validada, traduzindo-se numa taxa de reembolso de 102,8%.

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		jun 2014	mar 2014	dez 2013	set 2013	jun 2013
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.611,0	1.558,0	1.513,3	1.407,8	1.366,2
Fundo comunitário	milhões €	1.270,1	1.224,7	1.190,8	1.107,1	1.076,5
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.306,0	1.254,0	1.209,4	1.152,8	1.106,1
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	105,5	104,0	102,1	98,5	99,9
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	74,9	72,2	70,2	65,3	63,5
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	70,9	69,4	68,7	66,2	63,5
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	72,9	71,1	69,8	69,0	65,3
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,8	102,4	101,6	104,1	102,8

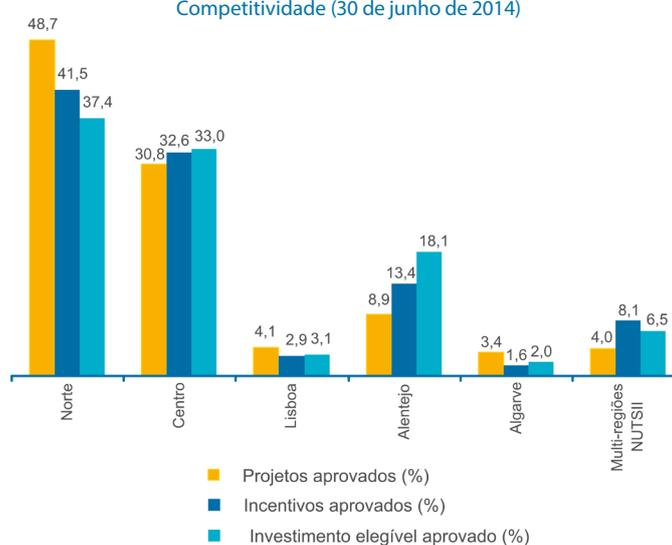
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de junho de 2014)



Os instrumentos financeiros do QREN destinados ao apoio às empresas são os Sistemas de Incentivos. Ao longo do período de programação deste quadro comunitário, a Região Centro tem evidenciado um desempenho muito favorável na Agenda Temática da Competitividade e, nomeadamente, no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

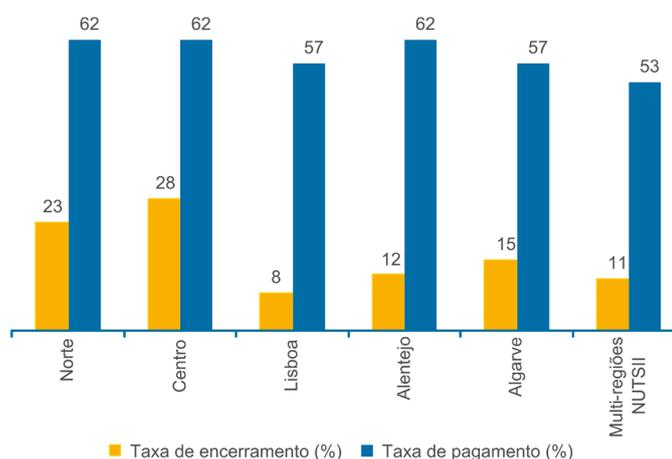
No final de junho de 2014, encontravam-se aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.494 projetos empresariais na região participados pelo Mais Centro e pelo PO FC, a que correspondia um investimento elegível de 3,1 mil milhões de euros e um incentivo de 1,4 mil milhões de euros. Este volume de aprovações no Centro representava 33,0% do total de investimento elegível e 32,6% do total de incentivos aprovados no Continente nos Sistemas de Incentivos, sendo assim a segunda região com mais aprovações.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2014)



Do total de projetos aprovados na Região Centro, 94% encontravam-se contratados (3.292) e destes apenas 675 tinham sido encerrados até esta data. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 28% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 62%, refletindo o melhor desempenho regional em termos de encerramentos e um dos mais favoráveis em termos de pagamentos.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2014)



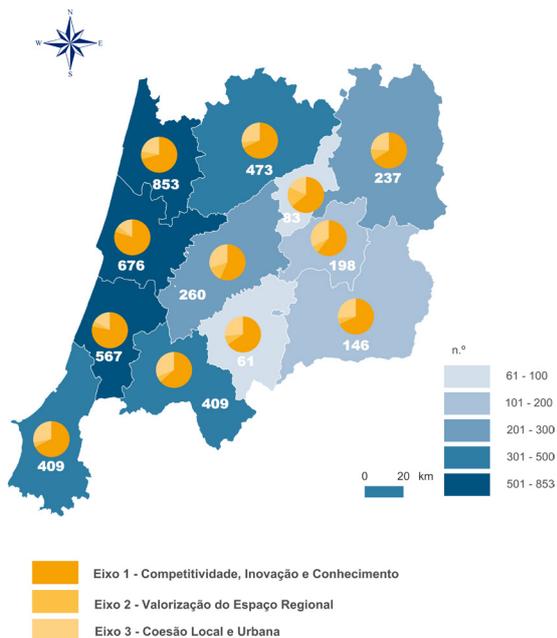
Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados 2.375 projetos empresariais na região, que se traduziam em 648 milhões de euros de investimento elegível, 406 milhões de euros de incentivos aprovados e 212 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 53,1% no final de junho de 2014, estando assim acima da taxa de execução média dos vários programas operacionais regionais do Continente (52,6%).

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.929 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 425 são novas empresas/start-up e 183 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

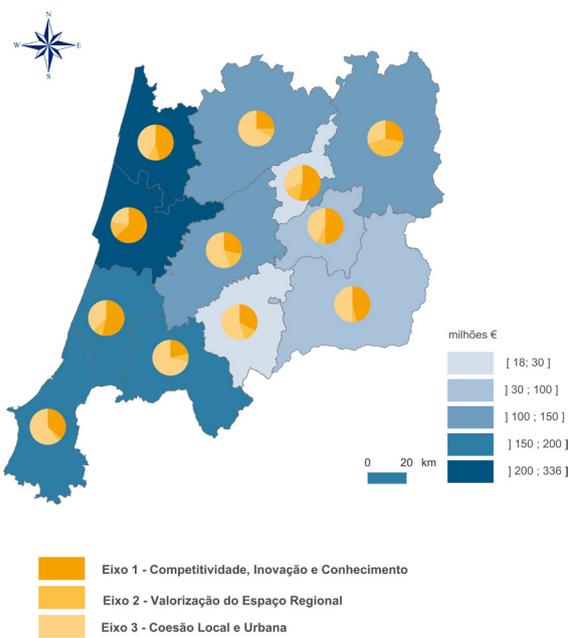
Durante o ano de 2013, foi disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento de apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego dirigido às microempresas de territórios de baixa densidade: o Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). A 30 de junho de 2014 encontravam-se aprovados 262 projetos na Região Centro. Dada a natureza deste regulamento, estes projetos envolvem investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de 6,1 milhões de euros de investimento elegível e 4,8 milhões de euros de FEDER no Mais Centro.

No que respeita à distribuição sub-regional do FEDER aprovado e executado na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, os maiores valores continuam a registar-se nas quatro sub-regiões do litoral em conjunto com o Médio Tejo. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Pinhal Interior Sul e Beira Interior Norte (83,8% e 82,0%, respetivamente). Contrariamente, com menor capacidade de realização do FEDER aprovado, encontravam-se o Pinhal Litoral e Baixo Mondego, sub-regiões com um elevado valor de fundo aprovado.

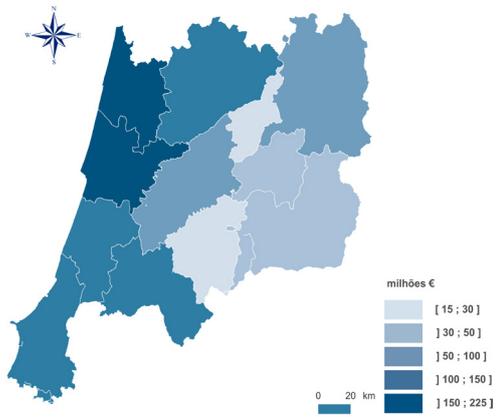
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2014)



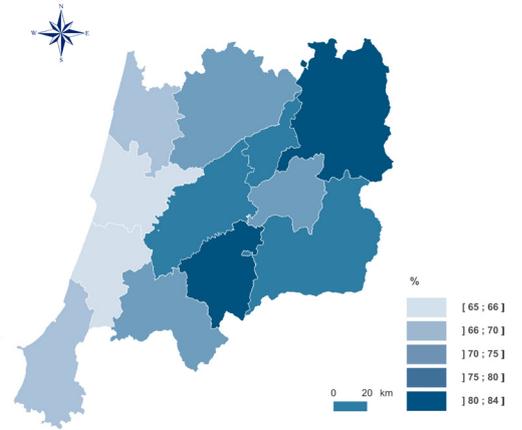
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do
Mais Centro (30 de junho de 2014)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2014)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2014)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Comissão Técnica de Coordenação do QREN

- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 22, 23 e 24

Autoridade de Gestão do Mais Centro

Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2014 foi recolhida até ao dia 18 de setembro de 2014.

Co-financiamento: